

AS INVESTIDAS DO CAPITAL NO CAMPO ATRAVÉS DAS IDEOLOGIAS DO “DESENVOLVIMENTO” E DA “MODERNIZAÇÃO”¹.

Suzane Tosta Souza²

Resumo

O presente artigo busca discutir as investidas do capital no campo brasileiro, que se processam, principalmente, por meio da difusão da ideologia do “desenvolvimento” e da “modernização”. Ao retomar diversos estudiosos sobre o assunto, e optando pela leitura do território a partir do desenvolvimento desigual e combinado do sistema do capital, conclui-se que as políticas voltadas à difusão de um modelo de desenvolvimento e modernização, pelo Estado, beneficiaram as classes dominantes, permitindo o pleno desenvolvimento do capital no campo, em detrimento da racionalidade camponesa e dos trabalhadores rurais que vêem a terra como possibilidade de reprodução social – por meio do trabalho. Desta forma, torna-se claro que a imposição de tal desenvolvimento, de forma desigual e combinada, reproduz e se alimenta do subdesenvolvimento, da condição e do produto de sua reprodução social.

Palavras Chave: Desenvolvimento, Modernização, Estado, Campesinato, Luta de classes.

Abstract

This article aims to discuss the investments of capital in the Brazilian countryside, which take place, mainly, by means of the spreading of ideology of “development” and “modernization”. At retaking several scholars about the subject, and opting for the reading of the territory from the unequal and combined development of the system of capital, one concludes that the politics towards the spreading of an exemplar of development and modernization, for the State, benefitted the dominant classes, allowing the full development

¹ Parte das discussões apresentadas em nossa tese de Doutorado intitulada: Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no Campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia, e orientada pela prof. D. SC. Alexandrina Luz Conceição. Esta pesquisa contou com bolsa Doutorado fornecida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por 36 meses, e tendo por 12 meses sido complementada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

² Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamentos Territoriais, CNPq/UFS. Membro do Grupo de Estudos Agrários e Urbanos/DG/UESB. suzanetosta@hotmail.com

of capital in the countryside, to the detriment of the peasant rationality and rural workers who perceive the land like possibility of social reproduction – through the labor. Thus, it is clear that the imposition of such development, in an unequal and combined way, reproduces, and feeds itself with the underdevelopment, condition, and product of their social reproduction.

Keywords: Development; Modernization; State; Peasantry; Class Struggle.

1. Introdução: pontuando o debate

Na verdade a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes) que exercem forte influência sobre os processos materiais tangíveis do metabolismo social. (MESZÁRÓS, 2004, p. 65).

Ao analisar a trajetória do discurso do desenvolvimento e sua inserção no modelo da economia brasileira, e resgatar as teorias clássicas do “desenvolvimento”, Lisboa (2007) destaca as tentativas destes discursos em levar as nações subdesenvolvidas a alcançarem o estágio de economia moderna, de forma a superar “o contraste entre as estruturas tradicionais deslocadas e as estruturas modernas dessas áreas” (p. 40). Segundo tais análises o progresso representaria a única possibilidade de transição do arcaico para o moderno. Entretanto, para a autora, o caminho evolucionista destas abordagens nega a análise histórica, bem como a dinâmica e o movimento como intrínsecos à dialética do desenvolvimento da sociedade. Desta forma, para Lisboa (2007):

A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa à maneira da divisão internacional do trabalho, que se coloca de um lado, o conjunto das economias industrializadas, e de outro, economias exportadoras de produtos primários, que não dispõem do comando do seu próprio crescimento. Estas diferentes/desiguais economias são consideradas como modelos antagônicos e não como unidade, onde a economia avançada se alimenta da economia tida como atrasada. Esta compreensão leva muitos estudiosos a simplificarem suas explicações para as situações das nações, de modo que o subdesenvolvimento passa a ser concebido, ora *como condição de atraso*, pela sobrevivência de condições sociais e econômicas muito antigas, ou seja, *são os países atrasados*, ou *sociedades tradicionais*; ora *como países de crescimento retardatário* ou em *estado de estagnação* (incapazes de dar a arrancada para a auto-superação) em oposição às estruturas modernas; mas também pode ser a realidade da chamada *economia periférica*, que alude a um outro conceito, o de *periferia* para designar as nações com setores econômicos tradicionais, de baixa produtividade, que se desenvolvem na periferia dos setores

desenvolvidos. A partir dele se elaboram discussões em torno das relações entre os centros, às áreas importantes, e as periferias, enquanto áreas que são secundárias e irrelevantes em relação às centrais. (p. 49).

A partir de então o conceito de sociedade dual ganha força, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial quando aceita-se que em um país co-existe dois sistemas econômicos e sociais, totalmente diferentes, “um de frágeis meios materiais e outro de forte avanço tecnológico” (LISBOA, 2007, p. 49), como se um não se reproduzisse exatamente à custa do outro. Para questionar tais análises, a autora retoma a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, como também a Teoria da Revolução Permanente, ambas elaboradas por Leon Trotsky. Neste sentido, esta combinação é definida pela “ligação de todos os países pelo comércio e pelo modo de produção, o que resulta transformar o mundo inteiro ou todos os países em um só organismo econômico” (LISBOA, 2007, p. 53), de forma que convivam o novo e o velho, o avançado e o atrasado, que se articulam a se combinam, de forma a garantir a reprodução ampliada do capital.

Em outras palavras, a maneira contraditória do desenvolvimento do/no capitalismo se expressa na exacerbação da interdependência das economias que apresentam forças produtivas em processos diferenciados de evolução. Levando-se em consideração que a lógica do desenvolvimento desigual e combinado se realiza pela co-existência de formações econômicas atrasadas, com combinação de características de tempos históricos distintos, o resultado é uma relação de trocas desigual, responsável por acentuar o caráter profundamente desigual do desenvolvimento (LISBOA, 2007, p. 54).

É a partir desta realidade que se pode entender a situação do Brasil e a forma de inserção subordinada na economia-mundo, em diferentes momentos históricos.

De acordo com Francisco de Oliveira (2003) o Brasil passou por mudanças substanciais em sua política econômica, a partir do projeto “desenvolvimentista” inaugurado por Getúlio Vargas – baseado em um processo de industrialização que seria condição indispensável para a superação do “subdesenvolvimento”. O cenário mundial era caracterizado pelo fim da 1ª Guerra Mundial seguido da Crise de 1929, na Bolsa de Nova York, constituindo-se num grande golpe para o capitalismo. A economia de mercado passa a contar com o apoio do Estado, com base em uma política nacionalista, a partir da qual pode-se entender a atuação do Governo Vargas, no Brasil, seguido por outros governos militares. Após a Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro passa a criar todas as condições para a expansão capitalista investindo em uma política efetiva de industrialização, fato que se concretiza a partir da década de 1950. Tal política é então acompanhada de um acelerado

processo de urbanização, por meio do qual verifica-se a ascensão do urbano enquanto modo de vida, o que representa a condição de “moderno”, em detrimento do campo, que passa a ser visto como “atrasado”, sinônimo de “subdesenvolvido”. Trata-se na análise de Marques (2002) exatamente do pensar campo-cidade de forma dicotômica, em que o campo passa a ser definido pelo que não é urbano.

Contraditoriamente, a industrialização brasileira ocorre a partir da exportação, em larga escala, de gêneros agrícolas, que subsidia os juros da dívida, fazendo com que as demandas de produção e produtividade sejam intensificadas (além desta ter que atender as demandas da população crescente nos grandes centros urbanos). Assim, o campo deixa de ser visto como o “atrasado”, sendo necessário “modernizá-lo” a fim de atender tais demandas do modelo produtivo. O campo passa a ser visto como contínuo do processo de urbanização. A presença do Estado é fundamental para a criação das condições de “desenvolvimento” do campo, que se concretiza desde os incentivos creditícios e criação de órgãos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias até a expansão da fronteira agrícola em direção a novas áreas como as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, abrindo novas possibilidades para a “territorialização do capital” ou “monopolização da produção”, conforme destacado por Oliveira (1998).

A opção do Estado brasileiro, na concretização das políticas de desenvolvimento, direciona-se aos médios e grandes proprietários de terras, condenando as unidades de produção familiares e excluindo milhares de camponeses que tinham no cultivo da terra sua única possibilidade de reprodução. A ocupação de novas áreas pelos grileiros e latifundiários se fez desconsiderando a existência de centenas e comunidades que viviam da terra, como os povos da floresta (índios e seringueiros), os povos cerradeiros (camponeses e índios), dentre outros (MENDONÇA, 2004).

A indústria se espalha em direção ao campo, a partir dos complexos agroindustriais, na qual a produção já sai do campo manufaturada, com destino as grandes cidades e a exportação. O modelo de desenvolvimento implementado no campo ocorre com a difusão de equipamentos, adubos e defensivos químicos, utilizados sem o menor controle, muitas vezes, inadequados a nossa realidade climática, ao tipo de solo, ocasionando a destruição de vários ecossistemas. Verifica-se a ascensão do paradigma da modernização. Nas grandes cidades, diferente do desenvolvimento e da modernidade anunciada, milhares de trabalhadores vivem de subempregos e desempregados, sem as condições mínimas de moradia, assistência médica, alimentação ou acesso à escola; amontoando-se em moradias precárias, nas encostas

das grandes cidades – sendo, constantemente atingidas por deslizamentos; como também, as construções de prédios e vias de acesso que impermeabilizam o solo urbano, poluição sonora e do ar, dentre outros danos à natureza. Torna-se perceptível o aumento das desigualdades sociais, da pobreza, violência e marginalidade – um quadro que nem de longe pode ser considerado como “desenvolvido”. Para Marques (2002), a retomada da abordagem dicotômica e uma redefinição da relação campo-cidade resulta exatamente da crise urbana e da degradação das condições de vida nas cidades, produto do avanço das relações de produção capitalistas nesses espaços.

A ideologia do desenvolvimento torna-se cada vez mais freqüente nos estudos acadêmicos, em destaque nas ciências humanas e sociais, quando a maior parte das abordagens visava apontar caminhos para que o Brasil pudesse alçar as condições de “desenvolvimento” impostas pelo capital. Tais estudos se aplicam ao campo brasileiro, e o discurso predominante passa a ser o de modernização da agricultura, que buscava criar as condições para o desenvolvimento de novas formas de produzir no campo – com vias ao aumento da produção e da produtividade, incentivada pela revolução verde norte-americana e pelo uso de insumos químicos no campo que, ao passo em que criam as possibilidades de forte dependência frente às indústrias produtoras, passam a repercutir, negativamente, na vida de centenas e milhares de famílias camponesas – que não tinham como acompanhar o preço dessa modernização. Este projeto passa a ser destinado àqueles que apresentam as condições objetivas condizentes aos investimentos necessários – os grandes latifundiários ou empreendedores do meio rural. O ideário de desenvolvimento vem de braços dados com o que há de mais atrasado no campo brasileiro – a grande propriedade fundiária, que mediante a possibilidade de “modernização” apresentada reaparece como a grande promotora do “desenvolvimento”, com isso, a estrutura fundiária concentrada é mantida. De acordo com esse ideário, era preciso “desenvolver” o campo brasileiro e este processo só seria possível mediante a modernização das relações de produção, da implementação de novos aparatos técnicos e da dependência frente ao setor industrial – sobretudo a indústria química, cujos produtos passam a ser amplamente utilizados.

Os conceitos de “desenvolvimento”, “modernização” e “crescimento econômico” passam a ser bastante empregados nos estudos sobre o campo brasileiro, mediante as transformações verificadas, e que ocorrem principalmente a partir da segunda metade do século 20. Acredita-se que o uso de tais conceitos precisa ser melhor esclarecido, no sentido de que se compreenda os seus reais objetivos, considerando as demandas de expansão do

capital no campo. Por outro lado, diversos trabalhos aos quais se teve acesso, em destaque os desenvolvidos por Graziano da Silva (1996), apontavam, conseqüentemente, para a modernização como possibilidade de superação dos sérios problemas existentes no campo brasileiro. Para ele:

Estabeleceu-se assim, a partir do complexo cafeeiro paulista, uma mudança fundamental, com a passagem de uma economia rural, fechada e assentada em bases naturais, para uma economia aberta para o mercado interno que começava a estruturar-se a partir das indústrias montadas nas cidades, mas ainda voltada à demanda dos segmentos da própria agricultura. (p. 09).

Fica claro que esta economia que o autor define como rural, fechada, é a economia camponesa, cujas relações de produção e as formas de organização social começaram a desenvolver-se ainda no século 19, conforme aponta o estudo realizado por Palácios (2004) e cuja importância é fundamental até mesmo na constituição de um mercado interno, não necessariamente atrelado ao desenvolvimento da indústria da segunda metade do século 20. Estas formas camponesas agora passam a significar o atraso e as grandes propriedades subutilizadas são vistas como possibilidades concretas para o desenvolvimento. Já o processo de modernização da agricultura para Silva (1996, p. 30) consiste:

(...) num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de rupturas das relações de produção arcaicas e de domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60.

Outras análises, como a desenvolvida por Menezes Neto (2000) embora aponte para a modernização como caminho para o campo brasileiro e a relação de dependência frente à indústria, destaca que este processo na medida em que promove o “desenvolvimento das relações capitalistas de produção” permite a expulsão de centenas e dezenas de famílias do campo, o que por sua vez, realimenta a luta pela terra, por via da organização dos movimentos sociais. Para o autor:

Hoje assiste-se à consolidação de um setor altamente modernizado da agricultura, o chamado Agrobusiness, que propõe a superar a dicotomia entre agricultura e indústria, ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas, representando quase 50% do PIB brasileiro, ao lado de um setor como os Sem-Terra, que lutam por um pedaço de terra, para produzir. (p. 01).

A ênfase sobre os estudos voltados a compreensão do campo brasileiro volta-se, em sua maioria, para o enfoque da modernização, das perspectivas do aumento da produção e da

produtividade, pouco preocupando-se com os reflexos dessa política na vida daqueles que há séculos se reproduziam no campo – os camponeses e trabalhadores assalariados. Por outro lado, algumas análises enfocavam, pela via crítica, as mazelas deste processo de “modernização” que só beneficiou as classes dominantes. Dentre estas destaca-se a abordagem de Manuel Correa de Andrade. Para ele,

(...) as políticas de empresarialização da agricultura condenam as atividades de subsistência como tradicionais, como arcaicas e expande o modo de produção capitalista no meio rural transformando o camponês agricultor em assalariado que vende sua força de trabalho e adquirem todas as mercadorias necessárias a seu consumo (1979, p. 22).

Apesar da preocupação demonstrada por Andrade (1979) frente o avanço das relações capitalistas de produção no campo, o que se acentua após a segunda metade do século 20, pode-se considerar que mesmo que estas relações capitalistas, assalariadas, passem a predominar no campo brasileiro, estas não se generalizam como um todo e é, neste momento, que se pode pensar na convivência, ainda que contraditória, com as relações não capitalistas de produção. Esta “convivência” no tempo e no espaço das relações capitalista de produção e das relações não-capitalistas de produção passam, também, a ser alvo de muitos estudos, dentre os quais pode-se destacar os realizados por José de Souza Martins (1981), e na Geografia por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990 e 1998).

Entende-se que o processo de modernização da agricultura privilegiou o crescimento econômico, em detrimento de mudanças significativas para a maioria da população rural, que poderia redundar em um projeto efetivo de desenvolvimento. Veio permeado de contradições e se concretizou na manutenção das grandes propriedades latifundiárias, que impediu o acesso à terra a centenas de camponeses. O viés privilegiado foi o do aumento da produção e da produtividade, que repercutiu em um efetivo crescimento econômico – que favoreceu os grandes latifundiários, bem como os empresários capitalistas donos das indústrias produtoras de insumos e maquinarias. Até um determinado momento, entendíamos que havia uma diferença substancial entre modernização da agricultura e desenvolvimento rural. Para tanto, nos apoiamos, em parte, na análise desenvolvida por Mesquita (1997, p. 09-10), no que se refere a sua afirmativa de que,

(...) O desenvolvimento rural implicaria não apenas, no desenvolvimento agrário, mas também as condições de bem-estar da população rural, este incorpora a modernização agrária e também uma institucionalização ligada a aspectos infra-estruturais de apoio creditício e de pesquisa e extensão rural, incluiria então, o desenvolvimento da atividade agrária e seus aspectos de vinculação a um contexto econômico-regional. Já a modernização agrária, implica apenas numa

reestruturação econômica, enquanto que o desenvolvimento rural incorpora a dimensão social, tendo por base o desenvolvimento sócio-econômico.

Apesar do esforço da autora em deixar claro que o “desenvolvimento rural” implica em uma concepção mais ampla, que consiste em se considerar as reais dimensões da vida daqueles que vivem no campo, pode-se dizer que não se verifica uma perspectiva mais emancipatória para estes trabalhadores assalariados e camponeses, ficando, implícito, a integração destes sujeitos ao modo capitalista de produção. Tal desenvolvimento rural seria algo que “ultrapassando” a mera dimensão do aparato científico-tecnológico (que caracterizaria a modernização da agricultura) criasse as possibilidades de inserção da população rural neste processo. Até um determinado momento, acreditou-se que seria possível promover um processo de “desenvolvimento” no campo brasileiro em que se considerassem as reais necessidades dos trabalhadores rurais e camponeses – de forma emancipatória, não apenas inserindo-os nas demandas do capital; contudo, retomando as contradições centrais de desenvolvimento do capitalismo, e compreendendo que este se faz de forma desigual e combinada, chega-se à conclusão da impossibilidade de qualquer projeto emancipador que não venha acompanhado de mudanças estruturais no sistema produtivo.

Em seu processo de realização histórica o capital necessita garantir a exploração crescente do trabalho, então, este desenvolvimento do capital, automaticamente, vai se reverter negativamente nas condições de trabalho; desta forma, para se reverter em mudanças significativas para aqueles que vivem do trabalho, há que se mudar o próprio processo produtivo, o capital, neste caso. O desenvolvimento do capitalismo só é possível se a inserção dos trabalhadores assalariados e camponeses se faz de forma subordinada, o que faz deste discurso “desenvolvimentista” uma falácia, já que se concretiza apenas na garantia dos privilégios das classes dominantes – os proprietários fundiários e os capitalistas.

Além disso, intensifica-se a degradação das condições de trabalho (tanto nas cidades quanto no campo), que toma uma nova dimensão com a crise estrutural do capitalismo, a partir da década de 1970 e que se agrava nas décadas posteriores. Assim, pode-se concluir de acordo com o filósofo István Mészáros (2003) que o capitalismo entra no século XXI sem cumprir o que prometeu – levar o desenvolvimento a países como o Brasil, o que pode ser explicado, a partir das próprias contradições deste modelo produtivo.

Esta perspectiva é reforçada por Francisco de Oliveira (2003) quando a partir da reunião de dois trabalhos, um realizado no ano de 1972, intitulado *Crítica a Razão Dualista*,

e outro escrito em 2003, procura analisar a situação atual do país, num primeiro momento buscando estabelecer os termos da luta contra o subdesenvolvimento e no outro reconhecendo o monstrego social em que o país se tornou, a partir da difusão da ideologia do desenvolvimento, que se consolidou a partir do salto das forças produtivas verificado na atualidade no país. Para que este desenvolvimento pudesse se consolidar, isto implicaria em investimentos em educação e infra-estrutura. No entanto, “nessas circunstâncias de neo-atraso, os traços herdados do subdesenvolvimento passam por uma desqualificação suplementar, que compõe a figura do ornitorrinco” (SCHWARZ *apud* OLIVEIRA, 2003, p.12). Este pode ser compreendido por meio da perda dos direitos dos trabalhadores, do aumento de extração da mais-valia, e da perda completa do efeito “civilizador” do capital; na aliança subordinada da burguesia nacional frente ao capital internacional, na informalização do trabalho, em cuja ideologia do desenvolvimento faz levar a saudade do subdesenvolvimento, dado o agravamento das condições oferecidas à classe trabalhadora brasileira, frente às demandas da reprodução do capital, o que Oliveira (2003)³ denominou de “acumulação truncada”. Por isso destaca que este processo de “desenvolvimento” implementado no país, a partir da industrialização, por outro lado, reproduz, contraditoriamente, o subdesenvolvimento.

2. A Ideologia do Nordeste atrasado e do discurso regionalista enquanto possibilidade de permanência de uma classe

O discurso regionalista vem na esteira da manutenção dos interesses de uma classe que se reproduz na ideologia do atraso, de forma a capturar vultosos recursos que, inicialmente, deveriam voltar-se ao desenvolvimento de tecnologias que promovessem a superação de tal situação “atrasada”, mas que na prática representou novas formas de apropriação dos recursos públicos para fins privados, que assegurou e expandiu o processo de acumulação por parte da elite latifundiária e capitalista.

No Nordeste brasileiro, esse discurso adquire nova proporção a partir da segunda metade do século 20, quando, ainda na Constituição de 1946, é instituído nas Disposições Constitucionais Transitórias, no artigo 29, a obrigatoriedade da União em investir 1% da receita total do país na recuperação do Rio São Francisco, também conhecido como Rio da

³ Na introdução do livro de Francisco de Oliveira (2003) Roberto Schwarz destaca que: “o desenvolvimento das forças produtivas desgraça uma parte da humanidade, em lugar de salvá-la; o subdesenvolvimento deixa de existir, não assim as suas calamidades; o trabalho informal, que havia sido um recurso heterodoxo e provisório da acumulação, transforma-se em índice de segregação social, e assim por diante” (p. 16).

Unidade Nacional. A partir de então o Estado passa a atuar de forma mais incisiva, através de políticas públicas voltadas a “superação de atraso” que caracterizaria a região. Ainda no ano de 1909 é criado o primeiro órgão oficial de combate aos efeitos da seca, por meio do decreto nº 7619, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1919 passa-se a chamar IFOCS, transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945, assumindo o caráter de desenvolver estudos voltados ao aproveitamento dos recursos hídricos. No ano de 1959 é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo principal objetivo era o armazenamento de água para desenvolver projetos de irrigação. Para atuar, de forma mais específica no Vale do São Francisco são criadas a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), em 1968 e passando a se chamar Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1974 (SOUZA, 2001).

A partir deste aparato, o discurso em voga pelo Estado era o de superar a condição de atraso, que era medida pelas condições naturais de semi-aridez existente na maior parte da região. As relações sociais e de produção, a concentração fundiária, a inserção subordinada ao capitalismo mundial, a divisão social do trabalho e as práticas políticas que sustentam as classes dominantes sequer eram consideradas na explicação das condições reais em que se encontrava a região. Para tanto, considera-se que: não se pode negar as condições de semi-aridez existentes no Nordeste Brasileiro, mas colocá-las como definidora de uma situação social é negar o entendimento da essência das relações sociais e de produção, das diferentes formas de inserção do Nordeste na lógica produtiva mundial e a forma como as elites regionais se apropriaram dos vultosos recursos públicos que foram aplicados na região. O discurso da superação da condição de “atraso” passa a se apoiar na elaboração de projetos e execução de programas de irrigação, a fim que se pudesse “sanar” as “deficiências” hídricas⁴. Todas as condições para inserir a região no circuito de reprodução ampliada do capital são

⁴ Contudo, em trabalho de dissertação defendida em 2001, realizada nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA constatamos que, mesmo diante de todos os “esforços” do Estado, no sentido de “desenvolver” a região, a partir das políticas de irrigação, a quantidade de áreas irrigadas do Nordeste é infinitamente inferior a de outras regiões do país, como a região Sul, por exemplo, que não apresenta as mesmas deficiências hídricas das regiões de domínio semi-árido. Por outro lado, verificou-se que os investimentos do Estado e a criação de órgãos de pesquisa e extensão criaram as condições para inserir a região no circuito do capital nacional e mesmo mundial. As relações de produção e as formas de organização social, baseadas na agricultura de sequeiro são condenadas ao atraso e o que se reconhece como moderno promove um processo de seleção dos produtores, valorização das terras e degradação das condições de trabalho existentes no campo. As elites regionais, ocupando cargos políticos passam, além de controlar grandes porções de terra, a se beneficiarem dos investimentos públicos, diversificando suas atividades e, não raras vezes, estabelecendo negócios lucrativos com o capital nacional e mesmo internacional.

criadas e as elites locais, passam a estabelecer diversas formas de aliança com os projetos do capital, sejam estes vinculados as empresas nacionais ou internacionais.

As terras sofrem um processo de valorização e os grandes latifundiários passam a auferir maiores rendas, nos locais onde foram implementados tais projetos voltados ao “desenvolvimento”. Portanto, os verdadeiros beneficiários não foram aqueles que viviam da agricultura de sequeiro, mas os grandes latifundiários, que ocupando cargos públicos passam a desenvolver projetos voltados aos seus próprios benefícios e de seus apadrinhados. Assim sendo, para se compreender “o discurso do Nordeste atrasado” e a quem este interessa há que se considerar quem foram os seus verdadeiros beneficiados, e a forma como o Nordeste passa a ser inserido, em diversos momentos, no circuito do capital.

Deste modo, concordamos com a leitura apresentada por Francisco de Oliveira (2003) uma vez que não se pode definir o Nordeste enquanto subdesenvolvido pelas condições naturais existentes, mas que o subdesenvolvimento é igual e contraditoriamente reproduzido pelo desenvolvimento, e que este só se realiza à custa do primeiro. É desta forma que se pode compreender a inserção subordinada do Nordeste na economia nacional e mundial, aliada as condições históricas que desembocaram na consolidação de uma classe dominante, inicialmente latifundiária, mas que posteriormente passa a investir em outros ramos da produção e que frente as suas demandas, passam a definir o processo de acumulação que não se reverteu em melhorias para a maioria da população pobre nordestina. Somente a partir dessa leitura torna-se possível compreender que o Nordeste não se explica em si mesmo⁵ e para entendê-lo há que se considerar que o movimento do capital se dá de forma desigual e combinada.

Desta forma, sendo o crescimento capitalista desigual e combinado, os espaços sofrem sua atuação de maneira desigual embora, no conjunto, a lógica do crescimento continue sendo a mesma e única de sempre. Assim, o problema a ser enfrentado, aqui, constitui-se na identificação das funções que os espaços desempenham no processo de acumulação e reprodução capitalista, no rastreamento dos momentos e das razões históricas que deram origem a tal processo e no papel que os agentes sociais, particularmente, os grupos e as classes sociais, jogam em relação à apropriação do excedente e a hegemonia política. (PERRUCCI, 1984, p. 14).

Conforme Francisco de Oliveira (2003) o subdesenvolvimento não se constitui em discurso do passado, mas é parte funcional do desenvolvimento moderno do país, já que este discurso contribuía para o baixo custo da força de trabalho no qual se apoiava a nossa acumulação; assim sendo, a precariedade das condições de vida da população não era

⁵ Na Geografia, o trabalho de Milton Santos, desenvolvido em 1978, criticando os discursos regionalistas, deixava claro que a região não se explica em si mesmo, mas é produto de múltiplas relações internas e externas.

produto do subdesenvolvimento, mas sim reflexo do próprio processo de funcionamento contemporâneo da sociedade, na busca do “desenvolvimento”, portanto, produto mais concreto de um processo acelerado de desenvolvimento.

Deste modo, de acordo com Perruci (1984) o entendimento da chamada “modernização da economia se define enquanto reajustes do modo de produção no seu processo de realização histórica, tendo em vista os interesses da classe dominante” (p. 14). Assim sendo, “a diversidade setorial do capitalismo parece não autorizar o uso de conceitos como ‘moderno’ ou ‘atrasado’ – já que o princípio das desigualdades é regido pelas leis que operam a divisão do trabalho, dentro de uma mesma totalidade” (Idem, p. 15); ou seja, o “atrasado” existe em função do “moderno” e vice-versa. Para Oliveira (2003) – o subdesenvolvimento não é uma etapa para se chegar ao desenvolvimento, mas é contraditoriamente produto e condição deste desenvolvimento.

Assim,

(...) a acumulação se nucleariza, concentrando capital num determinado espaço, dentro de um processo histórico de complementariedade e integração com as partes do conjunto e tal processo de concentração não se realiza autonomamente, mas é também sustentado pelo valor produzido nas áreas periféricas.

Neste entendimento, pode-se dizer que, núcleo e periferia são partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão dialeticamente imbricados. O que diferencia é a função que cada um assume no processo de acumulação.

A Formação econômica e social brasileira está extremamente vinculada ao modo de produção capitalista, segundo Perruci (1984), enquanto área complementar de afirmação de sua fase de acumulação primitiva (fase mercantil), questão fundamental para entendermos o Brasil-Colônia e o Brasil Estado-Nação, no primeiro a dominação é realizada pela forma comercial do capital e no segundo pela combinação de várias formas de capital – comercial-financeiro e industrial. O Nordeste – maior produtor do Brasil Colônia complementa a acumulação primitiva européia, a partir de espaços organizados pela produção açucareira. Da mesma forma, com a divisão internacional do trabalho, no século XIX, ocorre no Brasil uma divisão regional do trabalho em que o Nordeste desempenha um papel de complementariedade frente à acumulação do Sudeste, promovida pelo café e pela industrialização.

Mas é preciso considerar que ao passo que se desenvolve um mercado voltado para a economia agroexportadora, também se desenvolve um incipiente mercado interno. Por outro

lado, com a formação do Estado-Nacional, os espaços regionais, são caracterizados a partir dos bens produzidos; consolidando-se política e economicamente como autênticas regiões, dando origem ao que hoje se define como “questão regional”. A partir de então verifica-se uma modificação substancial na estrutura de produção do espaço brasileiro. Ex: Produção de algodão, voltada ao processo de industrialização inglesa, e introdução de novos cultivos para exportação.

No entanto, para além da lógica globalizante é imprescindível compreender as formas de realização do capital e a atuação dos seus agentes no Brasil e no Nordeste, (seus rebatimentos) sem os quais seria impossível compreender a dinâmica das classes sociais (como se comportam e as alianças que estabelecem) e o discurso ideológico por elas construído (pelo Estado via planejamento, pela classe dominante).

Mesmo com o predomínio da economia agro-exportadora, verifica-se no país, e no Nordeste Brasileiro, a ampliação da fronteira econômica, criando espaços que demandavam de gêneros alimentícios, calçados e tecidos, o que aliado ao crescimento de algumas cidades facilitou, ainda no século XIX, o surgimento de pequenas indústrias, por iniciativas de grupos nacionais. Já o processo de industrialização do país vai se dar por outras vias, transformando e até destruindo formas anteriores, como formas de atuação e acumulação do capital. Este processo é viabilizado a partir da acumulação de capital advinda da economia cafeeira, no Sudeste, e vai redefinir a divisão regional do trabalho no país.

No Nordeste, após a crise da produção açucareira, o contexto é marcado por uma forte concentração de terras com a expulsão de centenas de camponeses de suas terras de trabalho, associada à intensa mobilidade do trabalho, em direção ao Sudeste do país, e mais especificamente São Paulo, eixo dinâmico da economia nacional, embora associada aos interesses do capitalismo em nível mundial. As oligarquias fundiárias – além do controle de enormes latifúndios passam a investir capital em outros setores da economia, com destaque para o comércio. Além disso, a partir da divulgação da indústria da seca, da fome e da miséria que afeta a população Nordestina, exaltando a questão regional. Este momento é marcado por diversos investimentos públicos, para fins privados realizados pelo DNOCS, CODEVASF, significativos empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e outros recursos, sendo os grupos latifundiários e capitalistas únicos privilegiados com a miséria do Nordeste; além dos cargos públicos eletivos que assumem, e do controle político local.

Quanto aos trabalhadores assalariados e camponeses, a miséria a que se encontravam submetidos, o não acesso a terra – onde viviam há décadas praticando a agricultura de

sequeiro, e as difíceis condições em que se encontravam na mobilidade de sua força de trabalho, o agravamento das contradições capital *versus* trabalho, faz reacender levantes populares que passam a questionar a ordem estabelecida, o que toma novo rumo a partir da segunda metade do século 20 com destaque a atuação das Ligas Camponesas.

No âmbito nacional, São Paulo continua concentrando e comandando o processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil, mas o contexto mundial é marcado pelo acirramento das contradições capital *versus* trabalho e pela constante mobilização por parte da classe trabalhadora (Associações, sindicatos, greves, etc.), sobretudo após a Revolução Cubana, iniciada em 1959.

No âmbito do “desenvolvimento”, o Estado passa a atuar, de forma mais incisiva na região Nordeste, a partir da atuação dos chamados Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que elabora um diagnóstico sobre a realidade nordestina, com vias a intervenção na região, por meio da atuação da SUDENE, voltada, prioritariamente para a industrialização, o que segundo a economista Tânia Barcelar (1984) significava, inicialmente, a criação de um centro autônomo de expansão manufatureira, mediante incentivos para a criação de indústrias de base e indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais; mas que na prática tal crescimento industrial do Nordeste apresenta-se com duas principais características: dependência e complementariedade com relação à indústria do Sudeste.

Tal dependência vai desde os recursos que financiaram este crescimento, aos mercados que se destina à produção, o fornecimento de insumos e a compra de equipamentos, levando-a a concluir que:

(...) a opção pelo Nordeste foi tarefa das grandes empresas, nacionais e transnacionais, já atuantes no mercado brasileiro; com isso, os principais beneficiários do crescimento industrial no Nordeste foram às grandes empresas, o grande capital, nacional e transnacional, que se expandiram em direção ao Nordeste aproveitando o sistema de incentivos atraídos, alguns, pelas matérias-primas locais, dentre outros aspectos. (BARCELAR, 1984).

Este quadro demonstra, mais uma vez, que a economia nordestina não é autônoma, e o processo de industrialização não pode ser entendido a partir dos estreitos limites da região. Para compreendê-lo é preciso buscar elementos na dinâmica geral do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos últimos anos. E sua integração à economia nacional e internacional.

Para Maranhão (1984) a criação da SUDENE é fundamental, não apenas a partir do processo de industrialização em si, mas a partir da atuação incisiva do Estado, no que tal

atuação concretamente representou para a região. Para tanto parte do princípio central do duplo caráter do Estado: ao mesmo tempo instrumento de classe e mediador de conflitos. O Estado deve ser compreendido a partir de dentro da sociedade civil, embora em suas formas institucionais objetivas pareçam estar, acima da sociedade.

O duplo caráter se expressa no fato de que o Estado incorpora, por um lado, o conteúdo de um sistema de dominação que articula forças sociais desiguais e de outro, através de suas atividades formais – o planejamento – procuram colocar-se acima destes interesses sociais na medida em que proclama servir a sociedade, ou a região.

Entretanto, é preciso destacar que a “lógica do planejamento regional” não ocorre de forma retilínea, ou neutra, depende, diretamente, do movimento das classes sociais que lhes dão conteúdo.

Francisco de Oliveira (1981) reforça na sua análise, as relações do Estado brasileiro com a sociedade nordestina e brasileira propiciadas pelo estudo da emergência do planejamento regional – representada, principalmente pela SUDENE; em que este “planejado” não é senão uma forma transformadora do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão social do conflito, envolvendo as diversas forças e agentes econômicos, sociais e políticos; não podendo ser encarado como mera aplicação técnica de recursos, mas um marco do sistema capitalista de produção, garantindo a racionalização da reprodução ampliada do capital. Por isso, o planejamento não pode realizar a superação da contradição básica do sistema capitalista.

A SUDENE ao centrar-se na perspectiva da industrialização, embora toque, vagamente, em sérias questões sociais que afetam o Nordeste – a exemplo da concentração fundiária, de fato cria as condições para a expansão capitalista no Nordeste, voltada ao fortalecimento de uma economia nacional – puxada pelo Sudeste brasileiro, com destaque para o Estado de São Paulo, agravando as questões sociais que priorize as necessidades da classe trabalhadora, via intensificação das contradições entre capital *versus* trabalho. Mas os trabalhadores resistem, com destaque, no Nordeste, a atuação das Ligas Camponesas, em que os conflitos de classes se exacerbam e o Estado mediador se fez presente.

Por outro lado, Perruci (1984) esclarece que no acirramento das contradições capital *versus* trabalho ocorridas nas Ligas Camponesas, os trabalhadores não levantam como bandeira de luta a questão Nordeste, a questão básica das reivindicações populares não passavam por este entidade chamada Nordeste, mas sim pela exploração latifundista local, pela posse da terra, pela exploração salarial no campo e na cidade, pelas más condições de

vida, etc., reivindicações de toda classe trabalhadora no país e não apenas nordestina. O que o leva a admitir que o camponês, o trabalhador assalariado, o operário sabem melhor identificar os seus inimigos do que os intelectuais orgânicos, saídos da classe média.

Roberto Martins (1984) compreende o regionalismo nordestino como um processo de ocultamento das divisões sociais na medida em que a regionalização é agenciada ideologicamente passando a cumprir a função de transferir a natureza das relações sociais (políticas e econômicas) para um ser – a região -, como também estaria a transferir a natureza da problematização da região para uma conceituação mais ou menos frágil como é, por exemplo, a da chamada questão regional.

Assim, reafirma o discurso ideológico do regionalismo enfatizando a reafirmação de “solidariedades” fundamentadas em vínculos territoriais e culturais, e clamando pela existência de interesses econômicos e políticos “comuns”, escamoteia as contradições econômicas, políticas e sociais ao nível empírico das formações sociais diluindo os conflitos e as lutas de classes ou de frações de classe. Logo, o regionalismo tal como ideologia ilude, se oferece a nossa experiência imediata como algo dado, feito e acabado, que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida. (MARTINS, 1984).

Por isso, mais do que nunca, é fundamental resgatar a questão central – de classe, da classe trabalhadora e seu papel político atual, inclusive no Nordeste. Assim, a compreensão da realidade do Nordeste brasileiro não é possível dissociada da totalidade social, o que remete a necessidade do entendimento das contradições do modelo produtivo, nos seus processos de monopolização/territorialização/expropriação/subsunção do trabalho e sujeição da renda da terra.

3. Considerações finais

Para analisar o campo brasileiro, basicamente no que concerne a difusão das ideologias do desenvolvimento e da modernização, considera-se enquanto condição indispensável o entendimento do movimento da sociedade, sem o qual torna-se impossível compreender os reais problemas do Nordeste Brasileiro, no âmbito da classe trabalhadora, e que estabelece enfrentamentos com a classe dominante, buscando, através de novos processos de produção e apropriação do trabalho, as possibilidades de uma transformação qualitativa para os trabalhadores, que historicamente produziram a riqueza do país, mas desta não se apropriaram.

Daí a necessidade da emergência de uma identidade de classe, que possa permitir, mais que um processo de conscientização, uma possibilidade real de transformação, possível nas reafirmações de suas condições de ribeirinhos, trabalhadores assalariados, caatingueiros, mateiros, operários urbanos, sertanejos, pescadores, mas acima de tudo – classe trabalhadora. Esta luta se faz da necessidade de garantir sua sobrevivência, apropriando-se, ainda que parcialmente, dos resultados do produto do seu trabalho. É por isso, que busca-se compreender a reafirmação de uma identidade dos trabalhadores, que resistem, frentes aos projetos que pretendem se tornar hegemônicos do capital, embora, contraditoriamente, a estes se subordinem. A identidade é aquela que se forja na luta de uma classe, resultado e resultante da luta de classe que se dá historicamente no território. Só assim, é que se pode desvendar as cortinas de fumaça dos discursos ideológicos da classe dominante, muitos escamoteados nos discursos regionalistas e pensar em uma possibilidade real de melhoria para os trabalhadores brasileiros como um todo.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº 21, Jul – dez de 2003, p. 25-39.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

BARCELAR, Tânia (1984). Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LISBOA, Josefa Bispo de. **Trajectoria do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia) -Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MARANHÃO, Silvio. Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 18, nº. 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARTINS, Roberto (1984). Nordeste pensado, Nordeste pensante: cultura mais do que interessante. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologias, UNESP, Campus de Presidente Prudente, 2004.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários**. UFMG, 2000.

MESQUITA, Olindina. (Org.) **A modernização da agricultura**, 1997. (mineo).

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou barbárie**. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. 164p.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil; In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul-dez, 2003, p. 113-156.

OLIVEIRA, Francisco de. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: Crítica a razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Elegia para uma religião. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.

_____. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 380p.

PERRUCCI, Jadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. 4ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, José Graziano da. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1996.

SOUZA, Suzane Tosta. **Impactos sócio-ambientais da agricultura irrigada da uva no Perímetro Bebedouro – Petrolina/PE.** UFBA/IGEO, 2001. 175p. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** (Tese de Doutorado). UFS/NPGEO. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.